

Escrevendo certo por linhas tortas

26 JUL 1988

É impossível negar que o clima político-institucional voltou a anuviar-se. Pouco importa quem tenha sido o primeiro a “chamar chuva”. Antes, era difícil disfarçar; agora, até as pedras percebem o confronto entre o *poder constituinte* — personalizado no deputado Ulysses Guimarães e seu grupo — e as figuras geométricas multifacetadas que compõem o poder no Palácio do Planalto. No mais recente episódio, a iniciativa do ataque pertenceu à assessoria do presidente Sarney, que encontrou, após busca desesperada, a fórmula adequada para adiar a promulgação da nova Carta. O processo engendrado é simples, tecnicamente correto; caso não haja quórum para a votação do texto resultante do primeiro turno dos trabalhos constituintes — o chamado Projeto B — todos serão levados a negociar sua aprovação, ressaltando-se então as emendas de interesse do Planalto e que até podem coincidir com os interesses da sociedade. Esse é um ponto a prender a opinião dos analistas. Outro, é que há gregos trabalhando para rejeitar o “Projeto B”. Se isso se der, estará consubstanciado o grande *buraco negro* pois a rejeição implicaria afirmar a inexistência de qualquer projeto de Consti-

tuição, devendo os trabalhos constituintes recomeçar do zero. Não será preciso insistir em que o momento do imprevisível é também o tempo dos grandes riscos.

Por detrás da manobra regimental para que não haja quórum, é evidente o interesse do Planalto. Forçando a negociação, ficará mais fácil adiar para depois de novembro a vigência da nova Carta, o que impedirá que em 1989 entre em vigor a reforma fiscal e tributária que a Constituição futura implementa.

O jogo em torno do quórum não é manobra escusa, não é *golpe de mão*; é regimental, técnica e juridicamente perfeito, e faz parte do jogo democrático de qualquer parlamento. É instrumento válido para abrir negociações em torno de muitos pontos, aprovados no primeiro turno, em cuja revisão o governo tem interesse — e a sociedade também. Essa negociação evitaria desgaste excessivo dos aliados do Planalto, seja ao propor a supressão da anistia das dívidas feitas no encanto do Plano Cruzado, seja ao suprimir o tabelamento dos juros, seja ao buscar impedir a consagração da licença-paternidade e da jornada de seis horas, entre outras supressões mais que neces-

sárias e inadiáveis. Se o governo puder não dar quórum, poderá negociar, sem tantas pressões apaixonadas, a revisão ou pelo menos a atenuação da Reforma Fiscal e Tributária, lesiva aos interesses da União.

De conteúdo diferente é a consagração do *buraco negro*. Esse criaria realidade político-institucional completamente nova no País. Os interessados no *buraco negro* precisam dizer — e convencer — a que vêm e por que querem o impasse. Afinal, não se pode deitar por terra todos os esforços da Assembléia Nacional Constituinte sem uma justificativa que a Nação aceite e compreenda. Se os que pensam na rejeição total do Projeto B pretendem exclusivamente a renovação dos costumes políticos, sem dúvida terão apoio nacional surpreendente; se, porém, imaginam semear o caos, na eterna pretensão de desejar o pior — ansiedade que sempre aproximou os dois extremos do espectro ideológico —, a situação é diversa. A maioria constituinte deve, assim, pensar duas vezes antes de dizer “não” ao Projeto B. A vontade de alguma entidade mítica de endereço ignorado, de identidade desconhecida não pode sobrepor-se à justa aspiração dos brasileiros

por um futuro melhor, digno e democrático, ainda que a ser construído dia a dia.

Cabe ver, no entanto, que a rejeição do Projeto B pode vir a ser a *forma torta* pela qual se descobriu o caminho certo. O relator-auxiliar do projeto constituinte votado em primeiro turno, senador José Fogaça, reagindo à hipótese de rejeição total do projeto, preconizou o que considera uma “solução drástica” e que a nós parece excelente: “A Constituinte deve convocar eleições gerais em 30 dias para zerar o País”. Não poderia haver caminho mais curto — e este sim mais que necessário, obrigatório — para o reencontro da Nação com o seu governo. Talvez o novo governo tivesse a legitimidade que alguns auxiliares diretos do atual não apregoam; tivesse a concórdia interna — para que o presidente não diga uma coisa e o seu ministro outra — para que enfim o *um por cento* de inflação diária fosse combatido pelo seu maior responsável: o próprio governo. Convocar eleições imediatas e gerais seria o melhor trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. Esse, aliás, era o caminho que preconizávamos há tempo: eleições gerais, de presidente a vereador, imediatamente!